



CÂMARA DOS DEPUTADOS

***PROJETO DE LEI N.º 3.834, DE 2020**
(Da Sra. Angela Amin)

Altera a Lei n. 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para autorizar a compra de pescado diretamente de aquicultores e pescadores artesanais, nas condições que especifica.

DESPACHO:

Tendo em vista a edição da Resolução da Câmara dos Deputados n. 1/2023, revejo o despacho de distribuição aposto ao Projeto de Lei n. 3.834/2020 para o fim de determinar sua distribuição à Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais. Publique-se.

ÀS COMISSÕES DE:

AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS;
AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

(*) Atualizado em 24/08/2023 em virtude de novo despacho.

Art. 1º A Lei n. 1.283, de 18 de dezembro de 1950, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 1º-A:

“Art 1º-A Excetua-se do disposto nesta Lei a aquisição de pescado diretamente de aquicultores e pescadores artesanais por pessoas físicas, para consumo próprio, e por restaurantes, para consumo no estabelecimento.

Parágrafo único. A aquisição de que trata este artigo será regulada pelo poder público local e imputará ao restaurante responsabilidade pela qualidade sanitária do produto.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Apesar de tradicional em muitas cidades ribeirinhas e litorâneas, a aquisição por pessoas físicas e por restaurantes de pescado diretamente junto a aquicultores e pescadores artesanais é atividade tida como clandestina, não endereçada pela Lei n. 1.283, de 18 de dezembro de 1950, que trata da prévia fiscalização de todos dos produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis.

A presente proposição excetua das disposições gerais da Lei n. 1.283, de 1950, a aquisição de pescado realizada por pessoa física, para consumo próprio, ou por restaurantes, para consumo no estabelecimento, diretamente de aquicultores e pescadores artesanais, e estabelece que tais operações serão reguladas pelo poder público local.

Com isso, abre-se espaço para que esse tipo de comércio ocorra de forma legal e seja alcançado por normas sanitárias adequadas às condições de cada localidade. Duas possibilidades são a implantação de fiscalizações esporádicas e a exigência de que restaurantes mantenham recinto exclusivo para o recebimento e manipulação inicial do pescado. A responsabilização desses estabelecimentos pela qualidade sanitária do pescado os obriga a estabelecer relação próxima e de supervisão em relação ao fornecedor do pescado.

Certo de que a medida ora proposta vai ao encontro dos interesses da sociedade, conclamo os nobres Pares no sentido da aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2020.

Deputada ANGELA AMIN

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

LEI Nº 1.283, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1950

Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária
dos produtos de origem animal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É estabelecida a obrigatoriedade da prévia fiscalização, sob o ponto de vista industrial e sanitário, de todos dos produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis, sejam ou não adicionados de produtos vegetais, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados e em trânsito.

Art. 2º São sujeitos à fiscalização prevista nesta lei:

- a) os animais destinados à matança, seus produtos e subprodutos e matérias primas;
 - b) o pescado e seus derivados;
 - c) o leite e seus derivados;
 - d) o ovo e seus derivados;
 - e) o mel e cera de abelhas e seus derivados.
-
-

FIM DO DOCUMENTO